

afirmação em todos os domínios. Os homens de negócios, os cientistas, os próprios militares, sem falar dos nossos representantes «europeus», têm desta situação uma imagem mais clara que a genérica classe política. Eles sabem que, se o combate fosse perdido, seriam eles que pagariam os custos como, outrora, no século xvi. Eleições em vésperas do termo obrigatório do nosso velho «isolacionismo» sem enquadramento europeu e o que ele significa, isto é, *relativização objectiva* dos resultados de tais eleições, podem ser consideradas um acontecimento capital da história do mundo entre o Minho e o Guadiana, mas não passarão disso. É pouco para um país que não se cansa de ter descoberto o mundo e se comporta como se tivesse medo de que a Europa o descubra. E o melhor modo de se esconder *concretamente* dela é continuar a nossa soalheira vida como se a Europa inteira não estivesse em movimento e em luta para a sua mesma definição. É deste movimento que não podemos estar ausentes, sem saber nem querer saber se a Europa, onde já estamos, será uma sucursal arcaizante dos Estados Unidos ou do Japão, ou o seu parceiro no implacável jogo planetário que a guerra do Golfo — que parece que não existiu, o que é exacto para nós e para os nossos guias intelectuais — reactualizou em termos novos. Parceiro e medianeiro, pois não há outra tradição mais aceitável para a Europa do que aquela que, mal ou bem, foi a dela, e onde nós tivemos o lugar que se sabe. Como de nada disto se trata nas próximas eleições, elas só poderão ser, em termos europeus, onde tudo o que importa se joga, um *não-acontecimento*. É pena, pois é a última oportunidade que nos é concedida, entre os velhos muros lusitanos, de escolher de olhos abertos a espécie de destino europeu que melhor convém aos portugueses que somos. Que partido ou transpartido terá a coragem de centrar a sua campanha privada neste círculo que transfiguraria as futuras eleições já assumidamente europeias?

Agosto de 1991

A Europa no imaginário português

Há apenas vinte anos, a Europa era, para a generalidade dos portugueses, além da escolar realidade *geográfica* óbvia, uma entidade económica, política, cultural, complexa, de conteúdo e contornos imprecisos. Objecto de fascínio ou de desdém para uma minoria, para a maior parte era apercebida como vagamente ameaçadora da nossa paz de espírito e de alma, mas, num caso e noutro, sem autêntica *interiorização*. A Europa era o que, tendo sido sempre Europa, estava *fora de nós* e nós dela.

Contrariamente ao que se podia esperar, a grande vaga migratória dos anos 60, que levou mais de um milhão de portugueses, primeiro até à França, depois até à Alemanha, ao Luxemburgo ou à Suíça, se nos aproximou da Europa transpirenaica, se no-la tornou familiar como nunca acontecera, não aproximou a Europa de nós. De algum modo, tornou-se-nos ainda mais «outra» do que já era antes, uma espécie de Estados Unidos de ao pé da porta. Simultaneamente, a nossa imagem de nação colonizadora converteu-se em imagem de *nação emigrante*. Nessa época, e sem se dar plena conta disso, o nosso imaginário cultural — sobretudo aquele que se exprime ou deixa as suas marcas no que se chama a esfera intelectual — até então condicionado de maneira ambígua mas profunda pela realidade ou pelas miragens da

grande cultura francesa, inglesa ou alemã, inicia um certo processo de *desencanto* europeu que, apesar das aparências, ainda não terminou.

Esse «desencanto» pouco ou nada tem que ver com a experiência vivida dessa nova Europa-América onde os portugueses se confrontavam, na dureza do quotidiano, com a distância que separa o sonho da realidade. Por maior que tenha sido, nos primeiros tempos, a desilusão emigrante — em breve compensada com a melhoria cada vez mais sensível das suas condições de existência e de estatuto social — o *paradoxal desencanto europeu*, em termos de imaginário nacional, só obliquamente se relaciona ou tem a sua fonte no fenómeno da nossa emigração moderna. Decerto, toda a emigração, como todo o exílio, reforçam a mitologia doméstica, douram a terra abandonada e as suas doçuras, sobrevalorizam os referentes de uma identidade lábil, mas intensa, mais a mais quando se trata de povo tão coeso, a nível simbólico, como os portugueses.

Quando se emigra toda a pátria emigra conosco e o mais humilde ou ignorante transporta, como Eneias, os deuses lares para as novas terras. Nessa década da emigração dolorosa para a Europa-Europa, os nossos penates chamavam-se Eusébio, Amália, o Benfica, Nossa Senhora de Fátima, sem hierarquia, mas provavelmente nessa ordem e, para remate de tudo, Camões, que, mesmo para o emigrante nada letrado queria dizer, quer dizer, Portugal.

Na plenitude desta transumância europeia, os portugueses instalam-se, com a naturalidade inconsciente de povo habituado a sair de casa, nessa mítica Europa com que a *intelligentsia* nacional dialogou ou sonhou penosamente durante séculos, mas o que verdadeiramente descobrem nela, por ausência e por contraste, é, ainda e sempre, *Portugal*. E o que mais importa, um Portugal visto de fora para dentro, que é de onde se vê tudo. Essa Europa sofrida como obstáculo mas também como desafio, estímulo e, por fim, casa própria mais confortável do que a abandonada por necessidade, a bem dizer, não *os desencanta*, porque os não encantava antes, mas transfigura a pequena pátria em lugar de *encanto*.

Quem assistiu alguma vez à festa anual de regresso dos emigrantes nos fins dos anos 60 só a pode comparar ao êxodo do povo hebraico da terra do Egipto. Mas esta exultação para uso e conforto próprio do povo emigrante nem é incorporada pelos portugueses que não saíram de casa — quer dizer, quase todos — como acontecimento positivo em termos de mitologia cultural, nem apaga a humilhação original daqueles que o mais célebre jornal francês, aliás sem intenção malévola, havia rotulado, realisticamente, de *soutiers de l'Europe*. Para os descendentes da nação marinheira que conduziu o navio-Europa através dos oceanos, esta descida ao porão europeu podia assemelhar-se a uma descida aos infernos. Só o futuro a poderia transfigurar em aventura de cabouqueiros da mesma Europa.

Para raros autores, como era de prever, quando se pensa no papel de figurante nobre da história que os portugueses sempre se atribuíram, a experiência portuguesa da emigração foi objecto de apropriação mitificante, quer no sentido doloroso, quer no sentido exaltante. Tanto no plano da realidade, como no do fantasma, esse extraordinário fenómeno da nossa «entrada com os pés» na rica Europa foi vivido como *clandestino*. Só mais tarde, já com o emigrante adaptado ou em vias de adaptação aos modelos de comportamento pragmático, sempre exteriores, dessa Europa, essa experiência encontrará em certas obras, como na *Floresta de Bremerhaven*, de Olga Gonçalves, ou no *Cais das Merendas*, de Lídia Jorge, admirável radiografia da mitologia cultural portuguesa dos anos 70, os ecos dessa «vivência europeia» como insólita aventura de homens e mulheres de Portugal, ao mesmo tempo perdidos e achados na floresta de enganos e no país das maravilhas, abstractamente fundidos na imagem sintética da «Europa».

Esta Europa de casa que os emigrantes trazem para Portugal cada Verão, que de certo modo exibem nos seus aspectos mais caricaturais, novidades, *gadgets*, comportamentos linguísticos e estilos de vida já diferentes, não familiarizou os portugueses que ficaram com a Europa real. No melhor dos casos identificam-na com países, cidades, regiões, onde o nível de vida é mais alto, o trabalho mais bem remunerado, sem que tal constatação impli-

que qualquer carácter idealizante no plano simbólico. São talvez terras ricas, dinâmicas, mas, para eles, sem sonho dentro, sem qualquer apropriação afectiva e cultural. Essa imagem europeizante, senão europeia, dada pelo emigrante *desmitifica* a «outra-Europa», a puramente imaginária, salvo para a camada cultivada ou para a nova classe de *managers* nacionais, aquela que sempre serviu de referência, em termo de comparação ou de *partenaire* no nosso velho jogo de intercâmbio europeu através dos séculos. Exactamente como o fará mais tarde o grande turismo de massa que nos traz não só a Europa mas o mundo a casa. *O Sud-Express* dos anos 30 e 40, de Rodrigues Miguéis, herdeiro do que os heróis parisienses de Eça de Queirós utilizavam, fazia sonhar mais com essa Europa dos «raros» do que os futuros aviões da TAP carregados de emigrantes quase ricos e turistas, de *nikon* a tiracolo.

Não há nesta constatação nada de original. Só com objectos ideais ou idealizados, um imaginário se estrutura. A Europa — ou nela aquelas nações tidas por modelos — nunca interessou realmente os portugueses senão, por assim dizer, negativamente. Refiro-me sempre ao plano simbólico, às raízes e ramificações dos seus sonhos mais obsessivos e constantes, aqueles que estruturaram os grandes momentos de mitificação da nossa identidade. Quer dizer, ao de Fernão Lopes, que nos separa de Castela, ao de Gil Vicente, que nacionaliza a dramaturgia medieval de estrutura popular e católica nas vésperas em que o humanismo cosmopolitista e elitista por um lado, e o protestantismo por outro, lhe põem fim; e, por último, ao de Camões, que universaliza nos moldes desse mesmo humanismo a nova identidade que um século de descobertas e de imperialismo frágil Portugal assumirá, separando-se aqui, e de algum modo para sempre, da *outra* Europa, de que é então margem e vanguarda.

Para o nosso destino como europeus a *part entière*, envolvidos a fundo na querela europeia que na ordem religiosa, política e intelectual inventará as nações transpirenaicas como actores da modernidade, esta precoce solidificação do nosso imaginário, que nos confere uma estranha superidentidade, instala-nos numa maneira de ser europeus que não tem símil no Ocidente, nem

mesmo na vizinha Espanha, pedra mestra dessa querela intra-europeia até ao tratado dos Pirenéus. A nossa deriva extra-europeia que se tornará, ou já é, sem que a outra Europa se dê conta disso, *deriva da própria Europa Ocidental* no espaço planetário que ela mesma *cria derivando*, não interrompe naturalmente nem os laços económicos, nem os fios políticos, nem o diálogo religioso, cultural ou artístico que desde sempre os portugueses entretiveram com nações da Europa cristã. Nos primeiros anos do século XVI os Portugueses eram europeus que iam à Índia buscar mercadorias, que os enriqueciam menos do que aos grandes centros da Europa mercadora a quem, em última análise, se destinavam. Mas ao longo do século XVI e de certa maneira até hoje, os Portugueses converteram-se em ocidentais perdidos e achados no Oriente que os seduz e lhes fornece mais matéria de ficção vivida do que a madre Europa.

Nem todos os portugueses consciencializam como os nossos grandes viajantes ou diplomatas do século de ouro, Tomé Pires, Duarte Barbosa, ou como os integradores supremos desse Oriente na nossa imaginação, Camões e Fernão Mendes Pinto, essa objectiva *deseuropeização* do nosso imaginário. Há séculos que o nosso frágil império índico não é vivido como referência vital, económica, guerreira e política pelo pequeno país do Ocidente que primeiro aí se instalou, sem metáfora, com armas e bagagens. Todavia, mesmo após o fim do seu império colonial e de um certo discurso que o acompanhava, os portugueses de hoje, neste momento mesmo, podem mobilizar-se pelo último vestígio da nossa aventura oriental, o longínquo e, para a maioria deles, totalmente desconhecido Timor, como o não fariam nunca por qualquer cruzada europeia.

É à Europa — e mesmo ao mundo — que pedimos para restaurar direitos naquilo que sentimos ainda, sobretudo depois de perdido, como uma parte de nós mesmos. E contra a Europa que nos não ouve ou não é solidária da nossa emoção, ao mesmo tempo justificada por atrocidades reais e pelo eco da nossa memória oriental, reavivamos reflexos só comparáveis aos que há um século o ultimato inglês desencadeou em Portugal. Assim, no mais profundo deles mesmos, europeizados empiricamente como

nunca o foram, os portugueses não se percebem espontaneamente como «europeus», senão quando a Europa os percebe superlativamente como *portugueses*.

O imaginário que a nossa crucial aventura extra-europeia, sobretudo a do século XVI, nos fabricou, a segunda dimensão que criou, tanto mais decisiva quanto a sua estrutura releva mais do puro onirismo compensatório do que de uma relação objectiva entre realidade e desejo, tem o seu ponto de fuga nesse sonho imperial, de que o mito do Quinto Império é a tradução mais acabada e não em qualquer forma de utopia de que a Europa seja o alvo.

À primeira vista este desfuncionamento ou desfasagem entre o que nós apresentamos, como típico do imaginário cultural português, quer dizer, o seu real *desinteresse* por qualquer objectivo histórico e cultural de perfil europeu capaz de suscitar um investimento profundo, a nível nacional ou pessoal, parece desmentido hoje pela omnipresença da temática europeia em todos os domínios. Não há projecto algum de relevo, quer na ordem económica, financeira, comunicacional, pedagógica, técnica, científica e até cultural que não releve da preocupação europeia, que não se apresente já redimensionado, como se diz, à escala europeia. De um certo modo, em Portugal, como nos outros países do Ocidente, tudo está já escrito em *europeu*. A Europa, uma certa realidade entrevista como Europa, é o barco que ninguém, minimamente realista ou cínico, *deseja perder*. Que mais não seja, emprestam à Europa uma aura mítica aqueles que, sendo europeus, *estão ainda fora* da Comunidade ou próxima União Europeia, com o sentimento de excluídos. É por de mais evidente que *estar dentro*, mau grado a imprecisão ou os temores que esta nova situação representa para as velhas nações europeias, é um *privilegio*.

Há, actualmente, na genérica opinião portuguesa, uma consciência mais aguda desse privilegio do que havia apenas há três anos, tais as vantagens extraordinárias que Portugal retirou da sua entrada na Comunidade Europeia. Essa consciência subiu mesmo de grau com o facto de Portugal ter presidido aos destinos da mesma Comunidade. Nenhum facto nos *europeizou* mais,

mentalmente, do que este papel. Talvez a Europa se aprenda marchando, praticando-a, como tudo mais. Todavia, quer isto dizer, realmente, que o nosso interesse profundo pela Europa, a nossa consciência europeia de portugueses sofreu uma mutação na ordem simbólica correspondente à nossa vida quotidiana de padrões cada vez mais próximos dos daquela Europa que durante séculos constituiu para nós um termo de comparação obrigatório ou um modelo a imitar nas suas soluções económicas, políticas, ideológicas, costumes e até criações culturais?

Que desde há sete anos, data da nossa entrada oficial na Comunidade Europeia, os portugueses mudaram, querendo-o ou não, de estatuto, é um facto, embora diversamente interiorizado. Deixaram de estar imaginariamente sós, fonte ambígua de ostracismo e singularidade cultivada quando essa solidão não era nem a da Albânia, de Andorra ou da Irlanda, mas a de uma vasta família pelo mundo repartida. Para os objectivos realistas e imediatos da vida nacional, a entrada na Europa tapava a ferida deixada pela liquidação da herança colonial. Aderir à Europa era contar com a ajuda alheia para resolver os problemas próprios, alguns velhos de séculos. Essa Europa era espaço de democracia assegurada, de liberalismo económico temperado com alguma preocupação social ou fortaleza contra o ainda omnipresente e onnipotente imperialismo soviético. Foi nessa perspectiva que o partido então maioritário, num momento em que essa Europa ou o Ocidente em geral temeram que Portugal se convertesse numa Cuba europeia, recorreu ao famoso *slogan* «A Europa connosco». Isto não significava então que a Europa, salvo como modelo político e ideológico, se tivesse tornado para nós uma terra de promessa ou um objecto de profunda identificação, mas apenas uma aliada capaz de nos preservar de um destino ressentido como intolerável pela maioria dos portugueses.

À primeira vista, o regresso à Europa representado pelo fim do império colonial e a já hoje longínqua «revolução das flores» podiam passar como um momento de «europeização forçada», uma desafeição em relação ao nosso imaginário clássico, épico, em suma, uma redescoberta de nós mesmos como necessariamente europeus e da Europa como nosso horizonte e vocação

incontornáveis. Na medida em que o fenómeno «revolução das flores» foi um *acontecimento europeu*, uma situação que a Europa democrática e não democrática viveu com atenção e mesmo paixão, na medida sobretudo em que na ordem política punha fim, com uma suavidade toda lusitana, exemplar, lírica, ao nosso isolamento internacional, podemos falar de *momento europeizante*.

A nossa boa imagem no espelho europeu, a adopção de que fomos objecto por parte da *intelligentsia* europeia — sobretudo a de esquerda ou extrema-esquerda, naturalmente — *reconcilia-nos* então, como há muito não acontecia, com a Europa. Sartre, o referente mítico dessa Europa que não sabia ainda que era a *Penúltima Europa*, como lhe chamou Silvério Vertone, visitamos e com ele uma certa tradição de *utopia europeia* de uma nova sociedade, toma *por instantes uma cor portuguesa*. Tratava-se, tratou-se, naturalmente, de uma ficção, mas a nossa ficção integrava o que restava de ficção *revolucionária* europeia. Em nossa casa os Maurice Duverger, os Alain Touraine vinham examinar com curiosidade de etnólogos da política a última tentativa ocidental europeia de escapar, em sonhos, ao destino de um Ocidente que entrava em conjunto na era do hipercapitalismo e na sociedade da abundância. Nesse momento duplamente onírico — a Europa a sonhar com um Portugal imaginário e Portugal a viver *superlativamente* na Europa — pode dizer-se que a Europa oferecia à nossa imaginação um quadro de referência, de intercâmbio a nível simbólico de uma certa *reciprocidade*, o que raramente aconteceu na nossa história de hipereuropeus sem Europa.

A fugacidade desse momento de plena e eufórica representação de nós mesmos no palco alheio, o regresso, se não a queda da ilusão lírica da revolução na prosa democrática banal de um país que, nesse capítulo, não tinha um passado exemplar, não obsta a que se considere essa experiência como decisiva no plano do símbolo. A esse nível, o nosso relacionamento com a Europa sofreu desde então uma mutação. Não esqueceremos mais esse momento de *reciprocidade*, como vivência de europeus «como toda a gente», o que quer dizer que deixámos de

pensar na Europa como espaço de indiferença ou objecto de complexado ou ressentido relacionamentò. Em sintonia com o movimento de conversão real da nossa vida colectiva para a Europa, *exigimos Europa*, admitimos por conveniência realista mas também ideal que ao fim e ao cabo estávamos trocando a nossa clássica posição de filhos naturais da Europa pela de filhos legítimos.

A nossa *entrada* na Europa, que podia ser apenas aproximação forçada e exterior, como em parte o continua sendo, era — é — também entrada da Europa em nós, confronto e participação não apenas nos mecanismos de construção europeia, mas imersão mais intensa, mau grado as aparências em contrário, no magma complexo da herança cultural e simbólica da Europa. Em particular, naquele que até há pouco nos era menos familiar, o das nações não-hegemónicas culturalmente falando, como se instintivamente o nosso interesse pelas suas culturas — da Holanda, da Bélgica, da Hungria, da Checoslováquia, da nova Alemanha, dos países nórdicos — equilibrasse o antigo fascínio pelos espaços culturais a que sempre fôramos mais sensíveis: a França, em primeiro lugar, e a Inglaterra. Acontecimento memorável, a Espanha como objecto de consideração e de referência para o nosso diálogo profundo connosco mesmo, mediatizada pela mesma pulsão europeizante, recupera aquele lugar, outrora soberano, que ocupara na nossa vida espiritual, como nós nos tornamos mais familiares ao seu próprio discurso cultural. O facto de referir aqui países que não pertencem àquilo que é presente-mente a Comunidade Europeia ou que será a união europeia significa naturalmente que a Europa de que estamos falando como presença significativa no nosso imaginário não corresponde à sua realidade política, nem social, nem económica, a não ser na medida em que exprimem obsessões, interesses ou desejos da nossa «realidade simbólica».

Ora, o que é estranho, quase inexplicável, é o facto de que, mau grado a maior intimidade com o conjunto da cultura europeia, ou melhor, com as plurais culturas que nós, miticamente, reportamos à Europa — a começar pela nossa — a *mitologia europeia como tal*, a Europa como temática, como destino ou

mesmo a própria construção empírica da Europa a que queremos aderir e cuja adesão nos interpela e responsabiliza *não ocupa no nosso imaginário um lugar de relevo*. Pragmáticos, aceitamos a Europa como uma fatalidade, não como uma opção que profundamente nos implique. Qual a razão por que aquilo que já podemos considerar como o acontecimento de consequências mais extraordinárias e imprevisíveis que Portugal viveu desde a sua constituição como entidade própria, a previsível mutação do seu estatuto de nação soberana, deixa impávida a consciência nacional e parece não afectar o teor e a trama dos nossos comportamentos e reflexos culturais?

Será que, no fundo, não *cremos* — o que se chama crer — que a «Europa» realmente já exista ou venha a existir para além da sua expressão estritamente económica? Ou será antes porque, embora crendo viável essa Europa em termos de super-Nação, cremos ainda com mais fervor e força que essa hipotética realidade supranacional, ao fim e ao cabo, em nada alterará as heranças simbólicas de cada uma das suas componentes culturais e entre elas, claro está, a nossa? O facto é que nós, que tanta vez «problematizámos» as nossas relações históricas, ideológicas, religiosas ou, latamente, culturais com a *grande Europa* — por exemplo, no momento da Reforma, na época das luzes, no período revolucionário e liberal, na época totalitária — estamos já a bordo, embarcados na grande *nau-Europa*, sem nos termos jamais seriamente preocupado nem com a natureza nem com a finalidade da viagem.

Não foi apenas em termos políticos, mas em todos os outros, que a nossa opção europeia — acaso inevitável e necessária — nunca ou pouco foi pensada como conviria que o tivesse sido. É este *não-pensado* da nossa aventura europeia que, de súbito, reaparece — e não só para nós, portugueses — sob figura preocupante, como é sempre a de todo o impensado, perturbando do interior a imagem da nossa *Europa euforizante*, aquela a que aderimos. Pela simples queda de um muro — é verdade que de uma natureza particular — todo o contexto que durante quase meio século enquadrava a invenção de uma *nova forma de ser Europa*, se desestruturou, fragilizando o projecto europeu comu-

nitário e reactivando históricos reflexos nacionais e nacionalistas que pareciam arcaicos e mobilizando o nosso imaginário como a utopia europeia não foi capaz de fazer. Em poucos meses, ao «mais Europa», no plano do real, substituiu-se o «menos Europa», no plano simbólico.

Neste momento, tudo se passa, como se, da aventura europeia, esperássemos menos uma *nova dimensão*, ampliando e reforçando a que já somos e temos como portugueses, do que não sei que *inaceitável dissolução* da nossa alma. Os ecos, na nossa imprensa, desta inquietação ou deste pânico são numerosos — não se resumem todos na famosa alegoria da *Jangada de Pedra* — embora o discurso europeísta vigente não pareça afectado por eles, talvez porque, no fundo, esse mesmo discurso é, em grande parte, para «europeu ouvir». Na verdade, no actual momento, assistimos a uma espécie de vaga de fundo *neonacionalista*, protagonizada por actores ainda há pouco situados em quadrantes opostos. Essa vaga reactiva o clássico nacionalismo português, substituindo a mera exaltação do que é nacional — da paisagem às criações artísticas — pelo interesse por tudo o que a nossa antiga mitologia épica e colonizadora tinha ocultado ou deixado na sombra.

Este «outro Portugal» no seu afã antieuropeu descobre dentro de si os seus *índios*, quer dizer, o nosso fundo árabe ou a nossa dimensão judaica, por exemplo. O esquema destas «restaurações» obedece menos ao imperativo de enraizamento nesse passado oculto do que ao propósito de nos separar ainda mais da mitologia clássica europeia. Esta redescoberta do nosso fundo árabe, a exultação que produz tudo quanto possa contribuir para que a nossa imagem seja a *menos europeia possível*, traduz bem melhor do que todas as litánias europeizantes o movimento do nosso inconsciente colectivo como *desinteressado* do que, durante séculos, parecia ter comandado as expressões significativas do nosso imaginário. Essas jangadas de papel são os barquinhos, por enquanto frágeis, em que, na hora de apontar à Ítaca europeia, nós emigramos para outro sítio, esse mágico sítio, onde, sem espaço, continuaremos a ser ainda os *actores* da história e não subalternos comparsas.

Recentemente, o nosso primeiro-ministro, europeísta convicto, afirmou que, no fim de contas, Rabat estava mais perto de nós do que Madrid... Não creio que se referisse a distâncias geográficas, mas de alma. Não sei também se é uma versão moderna do velho dito de César de que é melhor ser o primeiro em Cápu do que o segundo em Roma. Mas não era possível sublinhar melhor até que ponto a perspectiva da nossa «integração» na Europa — e provavelmente a de muitos outros —, quer dizer, na *Europa real*, com o confronto que supõe, estimula menos o nosso imaginário do que a antiga *distância* que nos separava simbólica e dolorosamente da «grande Europa», mas nos permitia imaginar que éramos senhores na nossa própria casa. O chamado «desafio europeu» é este e não está assente que o queiramos ganhar. O outro — o da ordem material, exterior — essa Europa o ganhara por nós, mesmo sem nós.

Vence, Fevereiro de 1992

A Europa a votos

Não é improvável que nos idos de Setembro deste ano, ainda cheio de ecos comemorativos, em geral eufóricos, a Europa sucumba como um dos seus mitos literários mais populares, sob os muros de Maastricht. Mais consciente das suas fraquezas do que das suas forças, a pátria de d'Artagnan, posta diante do dilema do dizer «sim» a uma Europa que ela mesma, mais do que ninguém, foi construindo, conhece neste momento a tentação inesperada, quase vertiginosa, de dizer «não» ao Tratado que o seu governo negociou. Antes de férias, a aprovação ao mesmo Tratado, com raras exceções, parecia não constituir problema de maior. As duas assembleias, Parlamento e Senado, votaram a modificação da Constituição necessária para ratificar o Tratado. Implicitamente, essa maioria, como se fez noutros países, sem que isso implicasse menor desprezo pela opinião pública, podia interinar, também pela via representativa, essa ratificação. Foi o que fez a Inglaterra, a Espanha e Portugal, países onde, com excepção da Inglaterra, nem a construção europeia, nem os novos dispositivos do Tratado de Maastricht, tinham sido mais discutidos do que em França, habituada a discutir-se a si e ao universo. Que aconteceu então para que de um estado quase